

ENTRE RASTROS E TESSITURAS:

Pensar a paisagem de Salvador (BA) a partir da comida de rua

DIMENSÃO HISTÓRICA E PATRIMONIAL DO PROJETO, DO PLANEJAMENTO E DA PAISAGEM

Letícia de Fátima Durlo Coutinho
Mestranda em Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia
E-mail: leticiadurloc@gmail.com

Melissa Ignácia Gatica Saavedra
Graduada em Odontologia pela Pontifícia Universidade Católica de Chile
E-mail: melitagatuna@gmail.com

Isabella Khauam Maricatto
Doutoranda em Plan. Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
E-mail: isa.maricatto@gmail.com

RESUMO

Este artigo investiga a paisagem do centro de Salvador/BA através da comida de rua, estabelecendo sua centralidade histórica e contemporânea na constituição do espaço público cidadão. Partindo de uma revisão histórica sobre o trabalho de ganho no século XIX, evidencia-se como a circulação de alimentos e o labor das ganhadeiras e trabalhadores negros estruturaram modos de vida urbanos e deixaram marcas materiais e simbólicas na paisagem. Em seguida, o artigo articula essas trajetórias com reflexões teóricas sobre a paisagem enquanto tecido vivo — um campo relacional, histórico e sensível, composto por camadas coloniais e afro-atlânticas onde o cotidiano, o corpo e a memória se entrelaçam. Argumenta-se que a comida de rua opera como uma práxis-territorial e como rastro: uma chave epistemológica capaz de revelar dinâmicas sociais, disputas urbanas e modos de narrar a cidade desde as margens. Conclui-se que tais práticas, longe de constituírem apenas economia informal, reverberam ao longo do tempo como gestos de reexistência e produção do comum, fundamentais para compreender a tessitura da paisagem soteropolitana.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem; Comida de rua; Salvador, mulheres negras.

ABSTRACT

This article investigates the landscape of downtown Salvador, Brazil, through the lens of street food, establishing its historical and contemporary centrality in shaping public space. Drawing on historiographic research on nineteenth-century *trabalho de ganho*, the study highlights how the circulation of food and the labor of Black women and urban workers structured everyday life and inscribed material and symbolic marks onto the city. It then articulates these trajectories with theoretical reflections on landscape as a living fabric—a relational, historical, and sensorial field composed of colonial and Afro-Atlantic layers in which everyday practices, bodies, and memory intertwine. The article argues that street food operates as both territorial praxis and trace: an epistemological key capable of revealing social dynamics, urban disputes, and ways of narrating the city from below. It concludes that such practices, far from representing mere informal economies, resonate over time as gestures of re-existence and forms of commoning, fundamental to understanding the sensitive and political textures of Salvador's urban landscape.

KEYWORDS: Landscape; streetfood; Salvador; black women.

1 INTRODUÇÃO

“Você já foi à Bahia, nega? Não? Então vá. Lá tem vatapá. Então vá. Lá tem caruru. Então vá. Lá tem munguzá. Então vá. Se quiser sambar. Então vá.” (Caymmi, 1940).

A famosa canção composta por Dorival Caymmi em 1940 convida-nos a conhecer a Bahia pela porta de entrada: a comida. É pela boca que Caymmi nos convoca a conhecer o seu estado através de três comidas fortemente representativas da culinária baiana, conectadas historicamente com as religiões de matriz africana. Longe de reduzir a Bahia apenas à sua capital, propomos um mergulho investigativo na paisagem do centro de Salvador que resista à tentação de focar apenas em sua arquitetura patrimonial ou nas imagens-cânone de praias e Pelourinho – narrativas inegavelmente belíssimas, mas bastante discutidas institucional e midiaticamente.

O convite deste artigo é desvelar camadas profundamente cotidianas da paisagem do centro soteropolitano a partir da comida de rua, do cozinhar-mercar e, sobretudo, das mulheres negras que, historicamente, estão imbricadas nesse fazer. Busca-se um deslocamento do olhar, na tentativa de pensar outras possíveis epistemologias para o estudo da paisagem urbana.

O artigo, primeiramente, estabelece a centralidade da rua e da comida em Salvador, tecendo relações entre o espaço público e o trabalho urbano da população negra no século XIX. Posteriormente, debruça-se sobre o conceito de paisagem enquanto um tecido vivo, cruzando reflexões marcadas por camadas coloniais e afro-atlânticas, onde o cotidiano, a interseccionalidade e o simbólico se entrelaçam. Por fim, o artigo aproxima essas instâncias, buscando pistas sobre como a comida de rua, enquanto práxis-territorial, reverbera ao longo do tempo na paisagem do centro de Salvador.

Assim, o objetivo nesse artigo é a produção de reflexões a partir da comida de rua, demonstrando sua potência como uma chave-epistemológica para pensar modos de narrar a história da cidade, suas dinâmicas e a tessitura da paisagem.

2 A RUA EM DISPUTA: ORDEM URBANA, HIGIENISMO E USOS POPULARES

A rua, enquanto espaço estruturante da vida urbana, não é uma entidade fixa: ela se faz e refaz conforme as formas de sociabilidade que abriga, os conflitos que atravessa e os usos que nela se sedimentam. Ao longo do tempo, diferentes sociedades produziram modos singulares de se relacionar com o espaço público, conferindo à rua significados distintos — ora como eixo de circulação, ora como campo de trocas, convivências e disputas. No entanto, em grande parte das cidades do Sul Global, camadas históricas e estruturais se repetem e reverberam, sendo constitutivas da estrutura social, ainda que em escalas e expressões variadas. Entre elas, destacam-se a força do sistema econômico predominante, os projetos coloniais que conceberam nossas cidades, as dinâmicas de globalização e a consolidação do

Estado moderno, todos elementos que contribuíram, e continuam contribuindo, para moldar continuamente o sentido e a função da rua.

Tal valorização da esfera privada e o rebaixamento do espaço público não foram processos naturais nem lineares ao longo da história urbana. Ainda no século XIX, a rua ultrapassava a função de mera via de circulação e se constituía como território de trabalho, convivência, encontro e conflito — um espaço de presença e de direitos, no qual se forjava a vida cotidiana das camadas populares. É justamente nesse cenário que ganham força as noções de ordem urbana e disciplina social, articuladas às transformações espaciais promovidas por distintos projetos modernizadores: o plano Haussmann em Paris, os sucessivos alargamentos de ruas, a abertura de avenidas e a reconfiguração do espaço público como resposta a ameaças — reais ou imaginadas — associadas às populações pobres e às revoltas urbanas.

Constrói-se, assim, uma leitura da cidade que distingue “bons” e “maus” usos do espaço, orientada pelo ideário positivista de “ordem e progresso” e pelo determinismo sanitarista vinculado à biomedicina, que passa a tratar a cidade como um corpo enfermo a ser higienizado. Essa racionalidade higienista, como observa Pechman em “Os excluídos da rua: ordem urbana e cultura popular”, não apenas reorganiza a materialidade urbana, mas atinge diretamente as formas de sociabilidade que sustentavam a rua como espaço de coexistência e de produção do comum. É nesse ponto que Pechman (1993), em diálogo com Didier Gille, sintetiza a magnitude dessa inflexão histórica e política:

A cidade popular dos bailes nas ruas, da taverna, da baiuca com música, dos divertimentos públicos, das rixas, dos pequenos crimes, dos tumultos, da mistura de classes, da ‘economia de uma “mentalidade excremental” (Didier Gille)’, da estagnação e da putrefação, a classe dominante irá contrapor a cidade orgânica, capaz, segundo Gille, de produzir efeitos concretos sobre a vida dos cidadãos, suas relações, sua vida econômica e social (...) Assim, diante do diagnóstico de que o corpo da cidade estava doente e que só o remédio higienista poderia salvá-la, constata-se com Gille que o que surge após esse tratamento não é bem uma cidade curada, mas um modelo. “O que unicamente pode ser uma cidade, o que deve ser uma cidade. E é pela medida desta cidade que a desordem das outras cidades, das antigas cidades, pode e deve ser medida, suas doenças deduzidas (...) Qualquer desvio ao ideal de cidade, redefinida em termos de diferenciação e de circulação, torna-se um sistema de perturbação sanitária. Pensava-se tratar de poções, remédios, panaceias para uma cidade doente, mas ao final do processo, admite-se que era uma questão de lei, de estrutura, de princípio”. (GILLE apud PECHMAN; PECHMAN 1993, p. 32).

A passagem de um “remédio” para essa cidade “doente” para uma “lei” ou modelo, como Pechman (1993) descreve, marca a instauração de uma política sobre a vida — um biopoder, nos termos de Foucault (1987), focado em gerir a população para otimizar a ordem e a produtividade do corpo social. Nesse arranjo, a biomedicina, exportada como ciência universal pela expansão colonial, transcende seu papel médico para se tornar uma poderosa ferramenta de governo, de controle e poder. Seu projeto se materializa na paisagem: o redesenho do espaço urbano visava não apenas a ordem, mas a aplicação de minuciosas tecnologias de disciplina sobre os corpos, gestos e saberes populares, disputando, em última instância, o próprio sentido da rua como lugar central da vida coletiva.

Pensar a rua, portanto, implica ultrapassar sua dimensão físico-material para



compreendê-la como espaço de produção do comum (Dardot; Laval, 2017), de sociabilidade e de reprodução da vida. É na rua que se constituem práticas, relações e economias que operam para além das estruturas institucionais — como, por exemplo, o Estado e a universidade — e que se revelam fundamentais para a defesa, circulação e permanência dos grupos populares no espaço da cidade. No contexto europeu oitocentista analisado por Pechman (1993), especialmente em Paris, a rua oferecia a trabalhadores e operários um acesso imediato ao espaço público e à vida coletiva, frequentemente mais decisivo do que a própria moradia. Com outras formações históricas, raciais e políticas, esse entendimento da rua como extensão da vida cotidiana também reverbera no Brasil, onde se articula a modos de habitar, trabalhar e conviver que se constroem — e resistem — nas brechas, disputas e reinvenções do espaço urbano e da paisagem.

Essa perspectiva nos conduz a examinar em que medida a própria constituição do urbanismo — sobretudo quando alinhada, em sua gênese, às doutrinas higienistas e sanitaristas do século XIX — modelou as representações que ainda hoje sustentam o imaginário de cidade moderna, progresso e futuro. Trata-se de “um regime de pensamento que produz e legitima formas específicas de ordenar o espaço urbano, ancoradas em disputas que qualificam e desqualificam o público em favor do privado” (Pechman, 1993, p. 30), instituindo hierarquias que permanecem operantes. Nesse processo, a rua vai sendo progressivamente esvaziada como lugar da vida popular e recodificada como espaço de passagem, asseio e controle; enquanto a casa é alçada à condição de emblema da ordem, da disciplina e da felicidade familiar e individual.

Diante desse cenário, cabe perguntar como as paisagens se configuram e se atualizam ao longo do tempo, em meio às variações históricas da própria importância atribuída à rua. De que maneira se organizam, planejam e se produzem paisagens num contexto de supressão contínua das formas coletivas de vida que se desenrolam nos espaços públicos cotidianos? Para pensar essas questões, propõe-se uma aproximação ao assunto através das lentes de uma prática que atravessa temporalidades na ocupação da rua e que pode oferecer pistas para compreender a tessitura dessa paisagem: a comida de rua.

3 A RUA E A COMIDA: SALVADOR E O TRABALHO DE GANHO NA PAISAGEM OITOCENTISTA

Desde sua formação, a paisagem de Salvador/BA foi profundamente marcada pela presença negra (Costa, 1991). Resultado direto da diáspora africana, a cidade se desenvolveu a partir da trajetória de povos de diferentes regiões e etnias, trazidos de forma violenta para o Brasil e submetidos à escravidão por séculos. Nesse contexto, Salvador — erguida material e simbolicamente sobre o trabalho escravizado — estruturou múltiplas modalidades de exploração: o trabalho nos engenhos e nas plantações, o serviço doméstico nas casas grandes e, sobretudo, o trabalho de aluguel e de ganho (Costa, 1991, p. 18), que reunia grande parte das atividades urbanas desempenhadas pela população negra, fosse ela forra, livre ou escravizada.

É também no século XIX que se intensificam os registros sobre a comida de rua e as representações da paisagem soteropolitana. Nesse cenário, dois acontecimentos foram particularmente decisivos: a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, em 1807 — motivada, entre outros fatores, pelas guerras napoleônicas — e a abertura



dos portos às “Nações Amigas”, decretada por D. João VI. Ao romper o pacto colonial, essas medidas reconfiguraram profundamente as relações entre a colônia e a Coroa, ao mesmo tempo em que favoreceram a chegada de viajantes, naturalistas, pintores e escritores financiados por mecenas ou governos europeus.

Esses observadores produziram diários, relatórios e imagens com pretensões científicas e comerciais, voltadas a registrar aquilo que entendiam como a “realidade” local. Obras como as de Debret, reunidas na *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*, transformaram-se em documentos de referência, moldando o repertório iconográfico do cotidiano urbano, da escravidão e da própria sociedade brasileira. Com o tempo, muitas dessas representações passaram a ser tratadas como ícones de uma suposta identidade nacional, constituindo boa parte do acervo visual e literário pelo qual se narra — e ilustra — a história social do período. Nesse conjunto de registros, destaca-se também o relato analisado por Richard Graham em “Alimentar a cidade: das vendedoras de rua à reforma liberal”. Para o historiador, poucas características chamam tanto a atenção do visitante quanto a abrupta escarpa que separa a Cidade Baixa da Cidade Alta:

Nada chama mais a atenção imediata do visitante que chega do que a áspera subida que separa a “cidade baixa” da “alta”. Erguendo-se de sessenta a noventa metros de altura, e cortada por numerosas fendas, ela ainda impressiona qualquer um que olhe do mar. Nos anos 1840, um visitante americano admirou-se das duas “longas e curvas linhas [horizontais] de edifícios caiados [...] separados por um largo e rico cinturão verde, também com algumas casas, aqui e acolá pontilhado de casas”. Um espaço estreitíssimo separa a praia da base da escarpa, não mais de dois ou três quarteirões de largura, em muitos lugares nem isso, apesar de estender-se por muitos quarteirões ao longo da praia, densamente povoados. (Graham, 2013, p.23)

Essa divisão topográfica transcrita por Graham não decorria apenas da falha geológica que separava os dois platôs, mas refletia uma profunda separação social que estruturava física e simbolicamente a cidade. Na Cidade Baixa, área portuária e comercial, o fluxo era intenso. Por ali escoavam as exportações e chegavam tanto as mercadorias europeias quanto os gêneros de subsistência vindos do Recôncavo — como farinha, feijão e carnes secas —, essenciais para o abastecimento da cidade e para o preparo da comida que era vendida na rua. A Cidade Alta, por sua vez, abrigava predominantemente as áreas residenciais da elite, as instâncias de governo e as igrejas. Ainda que contrastante, no início do século XIX essa divisão não era absoluta: a parte alta também acolhia pousadas, botecos e varejo, mantendo uma permeabilidade que, como veremos, também era costurada justamente pelo vai e vem das mulheres negras responsáveis pelas vendas de comidas e miudezas:

É verdade que a cidade alta dos escritórios governamentais, das igrejas barrocas e das elegantes casas de pedra parecia distanciar-se da cidade baixa, com suas vielas sujas, seu celeiro público, suas casas de comércio, os molhes e trapiches. Mas vendedoras de rua conduziam seu negócio tanto na parte alta como na parte baixa, e o matadouro, apesar de originariamente localizado fora da cidade, ficava em terreno alto. Em todo distrito encontravam-se escravos ganhadores, negros forros, negros e mulatos nascidos livres, e brancos — pobres, ricos e de classe média, brasileiros e portugueses —, todos vivendo e trabalhando lado a lado. (Graham, 2013, p.269)



Nesse contexto de intensa circulação na cidade, o vai e vem do trabalho ambulante não apenas movimentava a economia cotidiana, mas inscrevia corpos, práticas e relações na própria feitura dessa paisagem. O trânsito entre alta e baixa, entre mercados e vielas, entre cais e igrejas, mostrava que a paisagem urbana não era um cenário estático, mas um campo pulsante de encontros, no qual a comida desempenhava papel fundamental como plataforma de mediação e vínculo entre pessoas, territórios e temporalidades.

Era através do trabalho conhecido como “ganho” — realizado por ganhadores e ganhadeiras — que grande parte dos alimentos era transportada e comercializada na cidade. Esse sistema sustentava não apenas o comércio de rua, mas o próprio funcionamento urbano (Reis, 1993, p. 8). Os homens envolvidos no ganho atuavam no transporte de pessoas e mercadorias, trabalhando como estivadores, carregadores ou vendedores de doces, frutas, peixes, tecidos etc. (Costa, 1991, p. 19).

Como descreve a historiadora e antropóloga Cecília Soares em “As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX”, parte do ganho obtido era obrigatoriamente entregue aos escravizadores, enquanto o excedente podia ser destinado às despesas cotidianas ou à formação de recursos para a alforria (Soares, 1996, p. 57). Entre as mulheres, o trabalho no ganho estava “particularmente associado à comida e, em menor escala, às miudezas” (Soares, 1996, p. 64). A expressiva presença de mulheres ambulantes em Salvador não foi fortuita: “Muitas ganhadeiras africanas eram provenientes da costa Ocidental da África, onde o pequeno comércio era tarefa essencialmente feminina” (Soares, 1996, p.60). Nessas sociedades, elas eram responsáveis tanto pela subsistência doméstica quanto pela circulação de gêneros essenciais. Ainda que muitas fossem originárias dessa região, mulheres de grupos bantos também praticavam, em seus territórios de origem, o comércio ambulante. Esses saberes mercantis foram apropriados e reinventados nas ruas do Brasil, desenvolvendo-se sobretudo pela oralidade e pela prática cotidiana do narrar-vender. Como observa Soares (1996, p.60), essas mulheres “não raro revelavam um faro para o negócio, um tino comercial”. Em Salvador essas mulheres negras tinham forte influência na circulação de alimentos — como destaca Graham:

Na falta de uma praça ou um edifício central para mercado — isso só foi criado nos anos 1850 e mesmo então era tido como bastante inadequado —, as donas de casa de Salvador recorriam, rotineiramente, a vendedores ambulantes para a compra de alimentos. A maioria desses vendedores, em contraste com os proprietários de armazéns, era de mulheres, sobretudo mulheres de cor. (Graham, 2013, p.65)

Em relação ainda a essa expressiva presença feminina, segundo o levantamento realizado pelo mesmo historiador, “ao examinar 843 registros entre 1789 e 1819 (com um total de 977 vendedores), mais da metade era composta por negros ou mulatos, sendo a maioria mulheres” (Graham, 2013, p. 54). Entre os homens escravizados que trabalhavam no ganho, apenas quatro aparecem registrados (em um universo de 382 enviados às ruas). Além disso, “desse total de 977 vendedores, 866 — quase 89% — eram mulheres” (Graham, 2013, p. 54). Essas mulheres ocupavam esquinas, ruas e praças, sobretudo nas áreas próximas ao mercado público e às feiras livres. Com tabuleiros, gamelas e cestas equilibradas sobre as cabeças (Soares, 1996, p. 62), faziam da cidade uma cozinha viva, em que o corpo funcionava simultaneamente como suporte, território e prática cotidiana.



O trabalho de ganho, portanto, exigia intensa mobilidade pela cidade, ativando redes que atravessavam fronteiras geográficas, sociais e culturais. Como observa Graham (2013, p. 59), essas mulheres percorriam seus trajetos conversando com carregadores, escravizados, forros, transeuntes e fregueses de diferentes classes sociais, criando conexões, trocas e alianças nas brechas do dia. Nesse contexto de ativação de redes e de consolidação de espaços de presença negra na cidade, destacam-se os “cantos” — pontos de encontro, venda e socialização espalhados por Salvador. Organizados sobretudo por homens ganhadores, constituíam territórios negros frequentados por escravizados e libertos, em geral pertencentes à mesma “nação” africana. Ainda que fossem espaços predominantemente masculinos, a arquiteta Ana Costa (1991) descreve que as ganhadeiras mantinham relação com os cantos. Mesmo não estando agrupadas segundo critérios de nação, pode-se inferir que desempenhavam um papel fundamental na sustentação e dinamização dessa rede como um todo.

dividiam a soberania das ruas. Apesar de não participarem dos cantos, uma instituição masculina, elas faziam parte da rede mais ampla de trabalhadores africanos urbanos. Eu suspeito, inclusive, que ajudaram o movimento não apenas desencorajando as deserções. Como vendedoras de comida, não duvido que tenham alimentado a crédito ganhadores que há dias não faziam vintém (Reis, 1993, p.25)

No entanto, apesar de serem basilares para a distribuição de bens essenciais à vida urbana, a presença das ganhadeiras preocupava, com cada vez mais frequência, as autoridades, devido a intensa ambulação das mesmas pela cidade:

faziam seu trabalho de maneira itinerante ou fixavam-se em pontos estratégicos da cidade, servindo de elementos de integração entre uma população considerada perigosa pelas elites. “Este fator político, somado ao esforço do Estado para organizar e controlar a vida urbana no século XIX, levaria a muitos embates entre essas trabalhadoras e autoridades policiais (Soares, 1996, p.65)

Conforme aponta Graham (2013), até 1821 a cidade exigia que todos os vendedores de rua obtivessem licença. Embora nada fosse cobrado, a licença podia ser emitida tanto para a própria pessoa quanto para seus escravizados, ou para ambos. Segundo o autor, “o excesso de supervisão ou de violência para impor disciplina podia ser contraproducente” (Graham, 2013, p. 37), de modo que os senhores de escravizados tendiam a recorrer mais à persuasão e a incentivos do que à coerção. Isso porque grande parte do trabalho de ganho exigia habilidade, iniciativa e boa vontade por parte do vendedor, mais do que força física ou vigilância constante.

Essa circulação ampliada dos trabalhadores, entretanto, passou a ser vista como ameaça à medida que fortalecia possibilidades de articulação e insurgência negra, como no levante dos malês de 1835 — “a maior rebelião escrava do Brasil” (Reis, 1993, p. 11). Organizado por escravizados e libertos muçulmanos, o levante buscou romper com as diversas formas de opressão vigentes. No contexto da repressão à revolta, ganharam destaque acusações de que ganhadeiras teriam participado da conspiração, seja fornecendo alimentos, seja transmitindo recados entre os envolvidos. Entre as figuras associadas a essa rede, destaca-se Luiza Mahin, mãe do abolicionista Luiz Gama, cuja atuação tornou-se emblemática (Soares, 1996, p. 68).



O temor das elites brancas diante da possibilidade de liberdade negra levou, já em 1836 — apenas um ano após o levante —, à adoção de medidas mais rígidas de controle e repressão ao trabalho de ganho. Ao longo do século XIX proliferaram alvarás e posturas proibindo a “gente de cor” de exercer a atividade, assim como decretos que transformavam os cantos em capatazias, instituía chapas metálicas de identificação para escravizados (Reis, 1993, p. 18), criavam licenças onerosas e ampliavam os mecanismos de remuneração de inspetores e capatazes. A reconfiguração dos cantos, por exemplo, “tinha o objetivo de criar uma espécie de ‘polícia dos ganhadores’, fossem os ganhadores escravos, libertos ou livres, trabalhadores em terra ou no mar” (Reis, 1993, p. 17). Ainda assim, mesmo sob repressão crescente — parte dela já existente desde o século XVIII —, “a complexidade da vida urbana e a escassez de alimentos tornavam o comércio negro tolerado” (Soares, 1996, p. 67), embora rigidamente vigiado.

Essas leis também impunham obstáculos à vida dos libertos — igualmente considerados indesejáveis —, muitas vezes com a intenção de pressioná-los a retornar à África (Soares, 1996, p. 66). Havia, portanto, mecanismos severos de repressão ao pequeno comércio ambulante e, sobretudo, aos corpos negros de ganho. Ainda assim, a cidade dependia profundamente desse trabalho. Essa dependência tornou-se evidente na grande greve de 1857, quando homens negros de ganho, conscientes do papel central que desempenhavam no funcionamento urbano, insurgiram-se contra as chapas de identificação e as altas taxas impostas pela Câmara Municipal, desafiando frontalmente o regime de controle que os oprimia.

No caso das mulheres de ganho, além da pressão institucional a que estavam submetidas, elas também enfrentavam a hostilidade de alguns lojistas contrários ao trabalho negro, sobretudo por temerem a concorrência. Como lembra Reis (1993), citando a reclamação do lojista Francisco José de Farias Villaça contra os ganhadores do canto do Beco dos Galinheiros, na esquina com a Rua do Comércio:

tão numeroso, que não só quasi que prohibem [os ganhadores] a passagem por aquelle beco, porém também produzem tão horrivel algazarra, e proferem taes obscenidades, que incommodão os Negociantes que se não podem distrahir de suas sérias occupaões” (Reis, p. 14).

Somavam-se a isso as arbitrariedades fiscais dirigidas ao trabalho de ganho — inclusive contra ganhadeiras que mantinham sua documentação regularizada (Soares, 1996, p. 68). Além das exigências de licenças e taxas, muitas delas eram alvo de perseguições, intimidações e até extorsões cometidas por sabichões e particulares. É o caso de José Alexandre, por exemplo, “preso por andar exigindo dízimas de peixes das ganhadeiras, forjando credenciais da Câmara com sua própria letra para intimidá-las e extorqui-las, e também confiscava suas mercadorias” (Soares, 1996, p. 70). Ainda assim, como ressalta a autora, dada a relevância econômica e a habilidade comercial dessas mulheres, “elas praticamente monopolizavam o pequeno comércio” (Soares, 1996, p. 68). Por essa centralidade nas dinâmicas de abastecimento da cidade, também se criavam brechas e estratégias capazes de atenuar parte das medidas repressivas, como explica Soares na sequência.

Os embates com os fiscais municipais podiam ser amenizados, a depender de relações estabelecidas pelas ganhadeiras com pessoas socialmente privilegiadas.... Se escrava, a obrigação de legalizar o negócio ficava a



cargo do senhor. Eles pediam e renovavam licenças, submetendo-se às averiguações fiscais. Tratando-se de negra liberta, ela própria dirigia-se, através de ofício, à Tesouraria, solicitando a licença para exercer atividades no comércio.” (Soares, 1996, p.68)

As medidas de controle implementadas após 1835 são exemplos das inúmeras tentativas regulatórias que visavam controlar o trabalho de ganho e a vida da população negra ao longo do século XIX. Os "cantos", espaços de sociabilidade e articulação da liberdade, eram vistos como uma ameaça direta aos ideais de ordem, colonialismo e progresso da época. Apesar das divergências entre os poderes provinciais (mais liberais) e a Câmara Municipal (mais intervencionista), houve uma escalada na implementação de mecanismos de controle—incluindo a regulamentação da circulação, a identificação, a separação e a taxaço—com o objetivo de limitar a mobilidade e o significado social dessa população. Essa breve retrospectiva histórica demonstra que o trabalho ambulante, desde suas origens, resiste às políticas de expulsão e "ordenamento". A comida de rua, em particular, emerge como uma prática popular, ancestral e diaspórica, que se mantém resiliente no horizonte urbano ao longo do tempo.

Essa dimensão de produção de espaço e de relações nos conduz à próxima reflexão: a paisagem não é um cenário estático, mas um tecido vivo onde alimentos, corpos e trajetórias deixam marcas materiais e simbólicas duradouras. Nesse sentido, as ganhadeiras e os trabalhadores de ganho são reconhecidos como agentes cruciais na configuração histórica e sensível da paisagem de Salvador.

4 A PAISAGEM COMO TECIDO VIVO: A COMIDA DE RUA COMO RASTRO E TESTEMUNHO

A paisagem que hoje reconhecemos no centro de Salvador não pode ser dissociada da atuação das ganhadeiras e dos trabalhadores de ganho. Longe de constituírem apenas força de trabalho subordinada, esses sujeitos foram agentes fundadores da dinâmica urbana, imprimindo ritmos, fluxos e relações que moldaram profundamente a cidade ao longo dos séculos. Circulando entre a Cidade Alta e a Cidade Baixa, carregando produtos, preparando alimentos, abastecendo casas, feiras, embarcações e mercados, essas mulheres e homens estabeleceram trajetórias que estruturaram espacialmente a vida urbana.

Para capturar essa dimensão de agência e legado, é fundamental deslocar o olhar sobre o que constitui a paisagem. Para isso, recorre-se à antropologia da paisagem, um campo que a investiga além das artes, geografia e arquitetura. Segundo Tim Ingold (2021), em seu artigo “Temporalidades da paisagem”, o autor nos sugere não vê-la sob uma perspectiva culturalista — como ordenação simbólica do espaço — nem naturalista, como cenário neutro às atividades humanas. Em vez disso, ele propõe uma "perspectiva do habitar", segundo a qual “a paisagem é constituída como um registro duradouro — e testemunho — das vidas e dos trabalhos das gerações que nela habitaram e, ao fazê-lo, deixaram lá algo de si

Desse modo, ao olharmos para rua, lugar em disputa permanente, e para a comensalidade, ou seja o ato de comer juntos e a forma como isso é feito, será possível perceber o quanto a comida de rua é partícipe na construção dessa



paisagem, não só enquanto um registro dos hábitos alimentares de um povo, mas também servindo de testemunho das gerações que habitaram essas ruas ao longo do tempo, participando ativamente na construção de territórios e imaginários. A paisagem deve ser entendida como um registro vivo das marcas deixadas por quem a percorreu e por quem a habita. Como explica Tim Ingold:

paisagem conta — ou melhor, é — a história. Ela envolve as vidas e os tempos dos predecessores que, por gerações, caminharam por ela e desempenharam seus papéis na sua formação. Perceber a paisagem é, dessa maneira, realizar um ato de lembrança, e lembrar não é mais uma questão de resgatar uma imagem interna guardada na mente do que uma questão de se envolver perceptivamente com um ambiente que está repleto do passado. (Ingold, 2021, p.113).

Compreende-se, assim, a paisagem como um processo contínuo de "fazer" e "refazer", onde práticas como a comida de rua moldam os sentidos e usos dos espaços urbanos. Dessa forma, propõe-se uma análise que não apenas observa os rastros das transformações físicas, históricas e econômicas que persistem na cidade hoje, mas também se debruça sobre as formas como essas transformações são contestadas, renegociadas, reinventadas e resignificadas por meio das práticas culturais e políticas envolvendo a comida de rua. Pretende-se reconhecer, portanto, como a comida de rua reverbera na tessitura de paisagem — abrindo, talvez, uma janela crítica para compreender como as paisagens podem ser reimaginadas e reivindicadas por aqueles que historicamente estão à margem nas narrativas hegemônicas de desenvolvimento e progresso.

A comida, nesse contexto, tornou-se não apenas mercadoria, mas também rastro material e simbólico da presença negra no espaço público. Os tabuleiros das ganhadeiras, os pregões cantados, os circuitos diários percorridos, as técnicas culinárias preservadas e reinventadas, tudo isso constitui uma arqueologia viva que atravessa a paisagem e a mantém em movimento. A comida de rua é, assim, testemunho — marca temporal e política — de uma história de resistência e criação que persiste apesar das tentativas, recorrentes desde o século XIX, de repressão, controle e higienização desses modos de viver e habitar-rua.

Esse rastro histórico não desaparece; ele se atualiza. É possível reconhecê-lo em práticas contemporâneas aparentemente simples, como o café artesanal criado por Cris no corredor da Vitória, cujos mais de cem sabores, inventados ao longo de vinte anos, constroem relações cotidianas e fidelidades afetivas naquele território; ou no vendedor de pamonha que atravessa bairros e praças mantendo vivo um ritmo de circulação e anúncio que remete aos antigos pregões; ou ainda nas baianas de acarajé, cujos tabuleiros — inscritos como patrimônio imaterial no livro de registros do IPHAN — expressam uma continuidade profunda entre técnicas ancestrais, territorialidade e presença pública.

Cada uma dessas práticas produz paisagem. Cada gesto cotidiano reinscreve na cidade a memória de um modo de habitar e trabalhar que, historicamente, sustentou a vida urbana e continua a compor a tessitura da Salvador hoje. É possível, através da comida de rua, compreender a paisagem como um processo contínuo de "fazer" e "refazer", onde práticas como a comida de rua moldam os sentidos e usos dos espaços urbanos. Essa visão dialoga com o conceito de agenciamento de Deleuze e Guattari (1995), que veem o espaço urbano como resultado de forças em conflito e



negociação, onde as práticas cotidianas tornam-se formas de resistência e possibilidade criação de novos territórios. A comida de rua, nesse sentido, pode ser vista como um ato de microresistência que desafia a lógica da cidade neoliberal e suas tentativas de disciplinar e homogeneizar o espaço, em constante territorialização e reterritorialização, seja por movimento pendular diário ou pelos deslocamentos forçados em processos de reordenamento urbano.

Tal perspectiva nos permite reconhecer que a paisagem do centro histórico de Salvador não se forma apenas por edificações, planos urbanísticos ou marcos históricos oficiais, mas sobretudo pela persistência dos movimentos cotidianos que entrelaçam tempos e corpos na cidade. A paisagem, portanto, não é cenário; é acontecimento. Não está fora do fluxo da vida, mas lhe é constitutiva.

Aproximando essa leitura da noção de relação desenvolvida por Glissant (2021), a paisagem pode ser pensada como campo vivo, marcado pela simultaneidade de camadas materiais, afetivas e históricas. Em Salvador, essas camadas são especialmente espessas: a cidade é atravessada por memórias atlânticas, marcas coloniais, cosmologias afro-brasileiras e dos povos originários, transformações urbanas, práticas populares, festas, circulação de mercadorias, rastros do trabalho escravizado e da economia de rua.

Assim, compreendida nessa chave relacional e em consonância com a "perspectiva do habitar" de Ingold (2021), a paisagem emerge como um campo histórico e sensível, cujas formas não são apenas o resultado único de um planejamento racional hegemônico, mas, para além e apesar dele, um acúmulo e a fricção constante de trajetórias que se tocam, tensionam e persistem. Essa lente permite, portanto, deslocar o papel das práticas de comida de rua — historicamente situadas, racializadas e marcadas pela reexistência — reconhecendo-as não como práticas periféricas ou "informais", mas como o elo fundamental desse tecido relacional. A comida de rua é o testemunho ativo que mantém o passado vivo e, ao mesmo tempo, contesta o presente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aproximar as histórias das ganhadeiras, a antropologia da paisagem e a poética da relação às práticas que envolvem a comida de rua revela que reparar não é apenas iluminar o que foi historicamente apagado, mas recolocar a paisagem em seu estatuto mais profundo: o de um campo relacional, histórico e sensível, tecido por camadas materiais e afetivas. Ao deslocar o olhar para o cotidiano, evidencia-se que reparar consiste em reconhecer nas práticas ordinárias — nos gestos, trajetórias, fugas e modos de fazer e reexistir — uma forma de memória que se inscreve no território. É uma memória que não depende de monumentos, mas que persiste na continuidade dos movimentos que estruturam o viver urbano público, o habitar a rua.

A perspectiva do habitar, conforme proposta por Tim Ingold, ajuda a compreender essa dimensão processual da paisagem. Habitar não é ocupar um espaço previamente dado, mas tecer continuamente o mundo através de linhas em movimento. A paisagem, nessa chave, não se apresenta como cenário, superfície ou fundo estático, mas como um tecido vivo, rizomático, capaz de acolher múltiplas temporalidades que se entrecruzam e se transformam mutuamente. É nesse entrelaçamento de trajetórias — humanas, materiais, ambientais e simbólicas — que se constituem as formas de saber e de presença que sustentam o cotidiano.

Sob essa ótica, reexistir implica entender a comida de rua como uma prática que atualiza incessantemente esse tecido da paisagem. Ao preparar, transportar, distribuir e compartilhar alimentos, os trabalhadores de rua inscrevem suas próprias linhas de vida na malha urbana, compondo um espaço que é continuamente feito e refeito. É um modo de produzir cidade que escapa à rigidez dos planos e às lógicas de financeirização do território, pois opera a partir do encontro, da improvisação, da atenção — elementos que tensionam e reconfiguram as formas hegemônicas de pensar o espaço público.

Por fim, nessa persistência e nesse agenciamento que a paisagem de Salvador se revela em sua potência: não como cenário estático, mas como um ato contínuo de criação e invenção. Em primeiro momento, reconhece-se que a história do trabalho de ganho vinculado à diáspora não deve ser reduzida apenas às narrativas de violência, exploração ou morte social, mas deve ser entendida também como produção de cultura, redes de solidariedade, lutas, articulações, transgressões e criação de imaginários outros — nos quais a comida de rua se inscreve como gesto de autonomia, possibilidade de prosperidade e prática inventiva de criação de mundos. Nessa direção, é possível compreender a comida de rua como parte de um processo urbano contemporâneo que convoca a invenção de espaços, tempos e ritmos de habitar-rua que emergem dentro e além das geografias da sujeição impostas pela cidade moderna — regulada, higienizada e padronizada. No gesto de cozinhar e vender, instauram-se brechas de permanência e convívio que desafiam a lógica normativa, afirmando paisagens insurgentes e coletivas. Assim, ao investigar essas práticas, a contrapelo da lógica modernizadora e da financeirização da paisagem, a comida de rua nos convoca a pensar mundos onde a produção de sentidos não é promessa futura, mas exercício cotidiano, vivido e partilhado na calçada.

REFERÊNCIAS

CAYMMI, Dorival. **Você já foi à Bahia?**. Rio de Janeiro: Odeon, 1941. 1 disco sonoro (3 min).

COSTA, Ana de Lourdes Ribeiro da. **Espaços negros: “cantos” e “lojas” em Salvador no século XIX**. Caderno CRH, Salvador, n. 4, suplemento, p. 18-34, 1991.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2017

DEBRET, Jean-Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. Tradução de Sergio Milliet. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol. 1**. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

GRAHAM, Richard. **Alimentar a cidade: das vendedoras de rua à reforma liberal**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel

Ramalhete. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

GLISSANT, Édouard. **Poética da relação**. Tradução de Marcela Vieira e Eduardo Jorge de Oliveira. Porto: Bazar do Tempo, 2021.

INGOLD, Tim. **Temporalidades da paisagem**. In: INGOLD, Tim. *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Tradução de Fábio Creder. Petrópolis: Vozes, 2015.

PECHMAN, Robert Moses. **Os excluídos da rua: ordem urbana e cultura popular (1890-1920)**. 2. ed. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1993.

REIS, João José. **A greve negra de 1857 na Bahia**. Revista USP, São Paulo, n. 18, p. 8-29, 1993.

SOARES, Cecília Moreira. **As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX**. Afro-Ásia, Salvador, n. 17, p. 57-72, 1996.